

## Relendo Consuelo Novais Sampaio: a "política de acomodação" no olhar do historiador Antonio Luigi Negro

**Autor:** Carlos Ribas

**Categories :** [Memória](#)

**Data:** 04/10/2020

Segundo os dicionários Aurélio e Houaiss aqui em acomodação, o verbo acomodar é sinônimo de conciliar, ajustar e adaptar. Mas, quando a dúvida é sobre o significado da expressão *política de acomodação*, o melhor que se faz é consultar o professor do Departamento de História da UFBA Antonio Luigi Negro, para quem a expressão “não (...) trata de acomodação de interesses bilaterais de facções divergentes”, nem tem nada a ver com o bordão eleitoral “me ajeite que eu te ajeito”.

Relendo o livro "Partidos políticos da Bahia na Primeira República", publicado em 1998 pela destacada pesquisadora baiana Consuelo Novais Sampaio, professora da UFBA falecida em 2013, o pesquisador resolveu ir além da mera leitura e produziu o ensaio [Política de Acomodação - Lendo e Relendo Partidos Políticos da Bahia na Primeira República. de Consuelo Novais Sampaio](#), recentemente publicado na revista [Politeia: História e Sociedade](#).

O texto é desdobramento de uma palestra proferida pelo professor no átrio da Biblioteca Pública dos Barris, em

Salvador, em um evento em homenagem à professora Consuelo Novais Sampaio organizado pela Fundação Pedro Calmon, em dezembro de 2019 - a última apresentação pública do palestrante antes da pandemia. Quando fez a revisão antes de publicar, soube da notícia do falecimento do professor Luís Henrique Dias Tavares, orientador de Consuelo. O artigo saiu, portanto, em momento importante, "a fim de manter atual a pesquisa sobre a história política da Bahia, o que faço nas orientações desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em História da UFBA", afirma.

Sobre a professora Consuelo Novais Sampaio, se não dispensasse maiores apresentações, bastaria uma: foi, certamente, uma das maiores historiadoras baianas de todos os tempos. Pesquisadora em arquivos nacionais e internacionais, autora de livros, artigos e trabalhos científicos, transcendeu a sala de aula, com o seu entusiasmo de líder. Foi assim quando da criação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, a partir de 1990, e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim), em maio de 1983, como parte do Mestrado em Ciências Sociais e História da UFBA. E mais a criação do Centro de Memória da Bahia da Fundação Pedro Calmon, que dirigiu entre 2003 e 2011.

O professor Antonio Luigi Negro - podemos chamá-lo também de "Gino" - conheceu a professora Consuelo após assumir como docente na UFBA, aonde recém chegava em 2002. Quatro anos antes, em 1998, Sampaio lançava "Partidos Políticos da Bahia na Primeira República. Uma política de acomodação", pela Edufba.

### **Me ajeite que te ajeito?**

Provocado pelo professor, pergunto a ele no que a política de acomodação difere, nos tempos atuais, do bordão eleitoral "me ajeite que eu te ajeito" E, respondendo à questão, ele explica o que *política de acomodação* vem a ser.

"A política de acomodação não pressupõe a reciprocidade implícita na expressão 'uma mão lava a outra', ou 'é dando que se recebe'. Política de acomodação é relação vertical, entre quem está em cima e manda, e quem está embaixo e tem de mostrar lealdade ao chefe, dentro de uma mesma estrutura partidária, o que significa que não é uma relação clientelística entre eleitor, cabo eleitoral, candidatura e mandato no poder".

### **Conversando com a nossa história**

Ainda interessado em identificar intenções de política de acomodação, ou de não acomodação, no atual desenho político brasileiro, faço outra pergunta a Antonio Luigi Negro: "A que nível a observância, ou desobediência, à doutrina de 'fidelidade partidária' favorece ou não, aos movimentos de 'acomodação'?"

E a resposta foi: "A política de acomodação é personalista e esvazia a força das instituições; ela não reforça a estrutura partidária porque, no lugar disso, está baseada no exercício do poder político pelo chefe do partido, que comanda uma rede de seguidores, e não uma agremiação partidária com projeto definido. Em substituição à fidelidade partidária, espera-se do militante partidário a obediência a um chefe individualista".

### **Êxitos e fracassos**

O professor destaca um exemplo exitoso da política de acomodação a partir dos estudos realizados pela professora Consuelo Sampaio por ele agora revisitados. No livro de Consuelo, ele informa, "o político que melhor acomodou a si e a seu grupo no poder foi J. J. Seabra (líder político de projeção nacional que governou a Bahia no início do século 20), que construiu uma exitosa máquina política seabrista. Ele conseguiu ser eleito governador apesar da contrariedade da elite política baiana tradicional".

E acrescenta: “Com irrestrito apoio do presidente da República, [Seabra] tomou posse do governo em 1912, após covarde bombardeio de Salvador, administrou o estado por quatro anos e entregou o poder em 1916 a seu sucessor, o seabrista Antônio Moniz, quatrocentão baiano que Seabra atraiu para suas hostes. Em 1920, voltou ao palácio estadual para um terceiro mandato, durante o qual fez campanha para a Presidência da República pela chapa da Reação Republicana, da qual era o segundo nome, logo abaixo do candidato a presidente, Nilo Peçanha”.

Por outro lado, um exemplo mal sucedido de acomodação, também encontrado no livro de Consuelo Sampaio, foi quando da disputa de poder entre Severino Vieira e José Marcelino, que levou ao racha do Partido Republicano da Bahia, um dos mais fortes da I República, no início do século 20. “Esse cisma, observa Negro, teve efeitos negativos e duradouros para a representação nacional da Bahia na política brasileira, porque fracionou o estado numa briga pública e mostrou que a briga entre chefes, como num ringue, arruinava a eficácia do/ estado no plano nacional”.

### **Lendo e relendo**

A professora Consuelo Sampaio ensina que a política de acomodação não produz paz, aponta a reeleitura de Negro. Ele explica por quê: “A política de acomodação prevê a ocupação do Estado por um chefe cuja autoridade se exerce pessoalmente sobre uma base obediente de seguidores. No lugar de produzir estabilidade institucional, provoca profundos distúrbios, porque o espírito da coisa é [o grupo da] situação se acomodar no poder e eliminar as chances de a oposição ter aspirações de vitória em eleições futuras, ou mesmo de funcionar como um partido. Já que a política [na Bahia ao longo do século 20] era uma prática estritamente voltada para os recursos nas mãos de um chefe, a oposição se esvaziava, revoando para o ninho da situação acomodada no poder, quando havia espaço facultado a ela”.

Mas, ao mesmo tempo, Negro adverte que quem se deixa enganar pelo termo *acomodação* se equivoca. A política de acomodação “é desprovida de qualquer quietismo”, afirma, citando Consuelo Sampaio. “Quando não havia espaço ou quando havia uma liderança na oposição com possibilidades políticas alternativas à administração estadual (riqueza econômica, alianças políticas com lideranças de outros estados, carreira política no Rio de Janeiro, recursos outros, clientelismo por fora do serviço público, ou o comando de homens em armas), a oposição se recusaria a se retirar enfraquecida para o escanteio”.

“Essa recusa, quando existiu, esclarece o professor, mediu forças em conflitos acerbos e públicos, nada silenciosos. Mesmo quando não existiu confrontação, terá havido perseguições e vinganças, pois o chefe no poder se esmeraria, ao seguir o be-a-bá da política da acomodação, em tirar a paz de seus opositores, a fim de acabar com o seu futuro”, explica Negro. E finaliza: “Outro elemento da falta de quietismo está numa democracia liberal adoentada, instável, atravessada por tramas e complôs, golpes e contragolpes. A política de acomodação adoece a democracia porque exalta o chefe viril cuja força só acontece promovendo a fraqueza alheia”.